

UMA VIDA DE LUTAS  
JOSÉ RAINHA – UMA BIOGRAFIA BRASILEIRA

Maria Ângela D'INCAO\*

INTRODUÇÃO

Por que escolhi homenagear Hermínio Martins, esse grande amigo e intelectual dos mais refinados, com uma entrevista deste brasileiro simples?

Em primeiro lugar por acreditar que ela contém algo que inquieta e encanta as ciências sociais em geral e, em particular, a sociologia: a emergência de um movimento articulado e com uma organização ímpar de luta, de grande duração e visibilidade midiática e com raízes na ajuda externa. Além disso, porque raras vezes biografias de pessoas simples e pobres, que tiveram ou têm importância na política de um país - no caso o Brasil - são reveladas no calor dos fatos. Pessoas sem vozes, além da exposta na mídia, permanecem de algum modo, obscuras e marcadas pelas interpretações ligeiras da notícia.

Em segundo lugar porque o homenageado presa os fatos empíricos socialmente relevantes para o conhecimento de uma realidade que nesse caso é a luta de terras no Brasil. O Movimento dos Sem Terra se constitui em um marco historicamente importante e compõe, juntamente com outros eventos, a modernidade brasileira. Entre seus líderes, escolhi entrevistar José Rainha Júnior por razões de proximidade geográfica. Mas não só. Da região do Pontal do Rio Paranapanema, São Paulo, onde me encontro, chama a atenção o quanto José Rainha se constitui em um líder formado na luta. Enquanto que na década de 60 as esquerdas brasileiras, assim como as da América Latina, foram marcadas profundamente pela

\* Socióloga - UNESP, Presidente Prudente. Email: [madincao@uol.com.br](mailto:madincao@uol.com.br)

organização dentro das classes sociais intelectualizadas e médias, esse movimento de luta pela terra é organizado pelos trabalhadores sem terra e sem perspectivas de trabalho. A biografia relatada nessa entrevista revela, entre muitas coisas, a visão histórica da luta pela terra, a procura de conhecimento para compreensão do contexto histórico em que vive; o perfil de um líder popular; seus objetivos na luta e as alianças feitas dentro de sua vida política.

A oposição ao Movimento dos Sem Terra é grande na região onde o líder se encontra. Inúmeras vezes foi preso e pode-se dizer que o MST, na região, se constitui no judeu, isto é, aquele a quem se atribuem todas as culpas da sociedade. Uma região profundamente pobre – a mais pobre do Estado de São Paulo – desde a década de 60 apresenta sinais de despovoamento e de falta de alternativas à juventude. Os motivos dessa deterioração se referem ao modo como a terra da região veio sendo tratada, isto é, como toda a terra neste país, a região foi formada pelo processo de destruição das florestas e exploração da atividade madeireira. Ainda que se tenha tido uma tradição de pequenas propriedades, prevaleceu, desde muito cedo a grande propriedade voltada para a engorda de bois. Essa atividade não produziu empregos no campo o qual, em termos regionais, desde os primeiros anos da década de 60 do século passado, veio produzindo, juntamente com o Estatuto da Terra, o êxodo rural, criando a figura do chamado bóia fria. Entretanto, a não aceitação dos sem terras e dos assentados é grande e tem um papel naquilo que é chamado de juridicização da questão agrária.

Em termos do que se pode entender por modernização em sociedades do tipo brasileiro, o trabalho agrícola, sem tecnologia, está associado à pobreza, favelização da zona rural. Até mesmo setores da considerada esquerda brasileira – o Partido dos Trabalhadores – vêem a instalação de pequenos lotes como algo que vai acabar com a economia rural. A modernização em curso no país dificilmente consegue ser vista em termos de inclusão social de segmentos amplos desempregados por anos. A modernização é vista como tecnologia e desse modo, algo que, no reino do dia-a-dia, possa prosperar sem causar suor, mãos feias e pés sujos. Assim, o

desenvolvimento que certamente advém da pequena propriedade dos assentados não é quase percebido pela mídia regional e nacional. A idéia de Brasil, País gigante associou, de um modo ou de outro, a idéia de grandes construções; grandes empreendimentos; grandes usinas; grandes propriedades e assim por diante. Existe certamente algo a ser lembrado quando se fala da modernização no país: é preciso ser grande. Nesse contexto, a pequena propriedade não costuma ter muito íbope na mídia, mas seu movimento social costuma estar em toda ela, ainda que como uma ameaça.

Há três pontos na discussão da terra no Brasil que eu gostaria de mencionar, dada a sua importância, e que são tocados pela fala de José Rainha na entrevista.

A terra no Brasil nunca foi de quem trabalha. O trabalho escravo ainda é uma realidade. A estrutura de ocupação do território nacional, diferentemente dos EUA, onde, de fato a terra, no momento da ocupação, foi de quem a trabalhou. Lá as propriedades tiveram o tamanho que a família podia cuidar. Enquanto que no Brasil as terras foram doadas através de títulos ou vendidas em grande extensão a longuíssimo prazo. Eram terras públicas que foram encaminhadas a pessoas ditas qualificadas que podiam enfrentar a tarefa do cultivo ou exploração graças, em primeiro lugar, ao trabalho escravo indígena e africano.

Assim, não há nenhuma questão ética, hoje, na presença entre os sem terra de cidadãos urbanos sem trabalho. Resta, na verdade, essa única alternativa para a grande massa de desempregados e com pouca instrução no país de hoje. As pesquisas mostram que suas raízes são rurais – aliás, a origem dos grandes proprietários são cada vez menos rurais. Deu-se tanta terra neste país que parece não fazer sentido discutir essa questão. Mas ela é sempre aludida quando se fala contra o MST.

Um outro aspecto que é bastante conflituoso é a definição do que vem a ser terra improdutivo em oposição à terra produtiva, pois é esta compreensão que orienta a compra, pelo Estado, para o retalhamento e posterior assentamento das famílias. No caso das terras do Pontal do Paranapanema, a grande maioria, por décadas,

explora a pecuária extensiva. Hoje, são terras esgotadas e necessita de investimento para voltarem a produzir. O evento, na região, mas não só, também no Mato Grosso, Amazônia e até no Paraguai do plantio, em grande extensão, e por métodos altamente tecnificados da soja vem salvar proprietários com economia deficitária, pois os mesmos estão alugando suas propriedades para o cultivo. Os arrendamentos são grandes e esperançosos para a economia nacional e particular de seus proprietários, que se encontram, de certo modo, atolados e sem saída de modo compensador. Assim, é preciso enfatizar que a modernização da produção da soja não deriva da prática da fazenda grande ou latifúndio, mas de outros setores da economia brasileira. Do mesmo modo, como aconteceu na abertura da região, são arrendatários ou compradores de terras, capitalizados que se apresentam para esse plantio. Nada contra, mas a questão da terra produtiva passa de algum modo por essas circunstâncias.

Um terceiro aspecto se refere à questão das terras devolutas. As terras brasileiras desde 1850 são consideradas devolutas. Significando com isto que ninguém mais podia se apossar das terras desconhecidas, pois as mesmas pertenciam ao Estado brasileiro e só seriam disponíveis pela compra. No caso da região do Pontal do Paranapanema, o antigo Oeste do Estado de São Paulo, é grande o número de propriedades sem o título regularizado. A história dessas terras se arrasta pelas décadas até o presente, não contribuindo para o estabelecimento de uma paz regional.

A região do Pontal, antigo palco de posseiros, de terras devolutas e de reservas florestais do estado, apresenta índices muito pobres de desenvolvimento humano, incapacidade de oferecimento de empregos e de estudo universitário público ao lado de uma produção pecuária que, de certo modo, se arrasta entre as velhas práticas e novas possibilidades de exploração da terra, onde capital é a exigência suprema. Ao mesmo tempo, há mais de 10 anos, a região abriga a presença de um forte movimento de Sem Terras e a presença de vários assentamentos em áreas invadidas ou compradas pelo Estado e doadas para a reforma agrária.

A prisão de José Rainha Júnior em Presidente Venceslau, por mais de três vezes, expõe a questão da luta pela terra no Brasil e seu sentido histórico. A presença, já não solitária, como foi durante as últimas eleições, quando nem as lideranças locais do PT se ocuparam sequer de uma visita ao líder do MST, procurando, com isso, cumprir a resolução do partido de ganhar as eleições para Presidente da República, não abraçando questões controversas como sempre é a questão da terra, aliado ao fato de que a prisão de Rainha se deu, nesta vez, por se encontrar portando uma arma não convencional. Hoje, José Rainha Júnior e Mineirinho recebem visita de toda a importância e consenso como a do senador Eduardo Suplicy.

José Rainha e seu colega de prisão, Mineirinho, expressam o reconhecimento de que o movimento dos sem terra vem de longa distância, tem fundamentos democráticos e apresenta um pedido de resgate de um tempo onde o império de terras, apesar de causar grande desavença política foi possível acobertar, pelo uso da força, os rebeldes ao sistema de doações de terras no país. A ditadura militar focou e tentou acabar com a luta camponesa no Nordeste brasileiro. Antônio Callado em seu sempre atual *Quarup* fala dessa luta e das relações entre camponeses, índios e clero na comunhão de ideais democráticos e libertadores. José Rainha é herdeiro dessa luta, foi alfabetizado por padres da Pastoral da Terra e, não fosse a educação oferecida pelo clero, seria, como tantos outros brasileiros: analfabeto e sem referência social. Trata-se de um líder com objetivos claros. Quer terra e apoio do Presidente Lula nesse programa de resgate do passado. Conhece, por outro lado, o Presidente Lula e outros importantes assessores do governo das lutas sindicais dos últimos 20 anos, que incluem as *Diretas Já*.

A eles, agora a palavra.

### Entrevista com José Rainha<sup>1</sup>

**MAD:** Conte pra nós a sua história, quando você nasceu, onde cresceu, o nome dos seus pais?

**J.R.:** Legal. Eu sou de quatro de julho de sessenta, nasci num lugar chamado 'Córrego do 7', que é distrito de uma vila de São Gabriel da Palha. Sou filho de José Rainha e filho de Virgínia da Silva Rainha, minha família por parte de mãe é descendente de italiano, minha vó chama Luisa e meu avô era [...] por parte de pai que veio da família negra. Da minha mãe, minha vó italiana veio para o Brasil e casou com descendente de escravo, é um negócio complicado, então minha mãe é meio mestiça, bem negra, tem sangue de negro e meu pai é capixaba, então ele é do Ceará, Baturité. Então é uma mistura de negro com cearense com branquiado. Eu fiquei nesse município de São Gabriel da Palha até os dois anos de idade e passei por uma enfermidade, grave na época, escapei por pouco, eles falavam "crupe" é uma doença que dava em pessoas...

**MAD :** Eu sei crupe, crupe.

**J.R. :** ...Crupe, em pessoas pequenas, eu morri depois vivi, já meio pequeno. E depois a gente foi pra outro vilarejo, era município de Nova Venesi.

**MAD :** Seus pais eram agricultores?

**J.R. :** Todos nasceram na lavoura tocava meia de café, era meeiro de café, então daquela região ali ele migrou pra outro município de Nova Venesi morando onde foi também tocá meia, meeiro também, achou um lugar melhor lá... Nova Venesi, que é um lugarzinho, que é uma cidade. O município onde era a cidade em que eu morava era Córrego de Areia era um vilarejo, lá. E aí em 1967 pra 68 meu pai resolve migrar pra Bahia, nós fomos pro sul da Bahia, o sonho de tirar madeira e ter alguma coisa...

<sup>1</sup> A entrevista foi feita quando José Rainha Júnior se encontrava na Penitenciária de Segurança Máxima de Presidente Venceslau, em 2003. Juntamente com ele esteve presente seu colega de luta e de prisão Mineirinho. Participou da entrevista a universitária Simone D'Incao.

**MAD :** Quantos filhos seus pais tiveram?

**J.R. :** Nós somos em 6, um adotivo, são cinco homens e uma mulher.

**MAD :** Quem é o adotivo?

**J.R. :** Adotivo é o Roberto Rainha que conseguiu formar, o único da família que estudou. De sessenta até, quando eu nasci, até sessenta e sete, sessenta e oito nas comunidades não tinha escola, então nós não tivemos a oportunidade de ir na escola, meu pai foi ensinando gente em casa. Fomos pra Bahia, sessenta e oito, sessenta e nove, nesse período...Aí no início dos anos setenta nós regressamos, voltamos pro município de Linhares, uma comunidade chamada Vargem Alegre e também era longe da escola, então a gente também não tinha escola aí. De 70, 71, 72, 73 a gente ficou na comunidade, daí a igreja através dos catequistas chegavam para ensinar a gente a aprender alguma coisa, eu aprendi lê, a gente ficou trabalhando de meeiro, eu aprendi lê em 75, 76 praticamente em casa, então, eu nunca frequentei escola, e nesse período 75, 76 as comunidades vai já se organizando em grupos de jovem, então eu já começo a aprender a lê. Por ali também tem um grupo de jovem, e fomos ficando nessa comunidade. Em 77 nós continuamos como meeiro, não tinha terra, e em 78 eu já, em fevereiro de 78 o grupo de jovem já tinha se espalhado pela comunidade de Vargem Alegre, Jurã todos os municípios de Linhares, então eu já era um jovem bastante bem articulado.

**MAD :** Bem articulado... A igreja, como se chama o movimento da igreja que reunia os jovens?

**J.R. :** Pastoral, Pastoral Juventude, a igreja tradicional. Em 17 de fevereiro de 78 eu tinha 17 anos, eu faço em 4 de julho, e tive a oportunidade, no encontro de jovens na Paróquia de Linhares, de conhecer o Frei Beto, ele foi dar uma palestra sobre comunidade - o Frei Beto quando saiu da prisão ele foi morar em Vitória no morro de Santa Maria e foi articulador da comunidade do interior através das freiras. Vinha nascendo já num processo anti-militar. Aí foi a Cibele que me falou do novo sindicalismo que tava convertendo a situação política. Fiquei encantado eu e o Beto conversamos bastante durante o almoço que tivemos ali e ele então passou alguns livros. Mais

tarde, não perdi o contato, eu fui despertado no processo e meu trabalho continuou na Pastoral e a primeira vez que a gente volta pro trabalho de caráter político e sindical...

Foi no período da anistia em 79, a igreja, a esquerda envolve uma movimentação do Brasil com a anistia e eu então já vou... - já era mais um grupo de jovem que saiu do interior e pra cidade pichada de faixas, Anistia já!, [...] em 79 também estoura a grande greve, tinha greve do ABC [...] No processo da greve a gente vai intensificar já o conhecimento dos sindicatos e vai começar a oposição sindical do município e - 19 anos oposição - articular os trabalhadores do meio rural pra tentar ganhar o sindicato, fazer a oposição sindical. Em 80 nós estávamos bem articulados e estoura a greve de São Bernardo, a intervenção no sindicato dos metalúrgicos na qual Lula vai preso, nós já estávamos bem engajados. O Beto articulou as comunidades de Espírito Santo em uma campanha de fundo de greve e eu tive a oportunidade, nesse período é que vim a São Paulo com outro grupo de jovens e freis pra trazer o fundo de greve pra metalúrgicos e nesse momento é que o Lula estava recém saído, estava preso e naquele dia tinha saído da cadeia e eu tive a oportunidade de conhecer porque o Beto era muito amigo do Lula e da família. Conheci a Marisa, conheci o Lula e aquele povo dali todo [...] outros sindicalistas que eu me lembro bem mais o Lula, mas também de vários outras personalidades dos sindicatos e daí, então, nós fizemos uma oposição no sindicato, e em 81 vai ser a eleição dos sindicatos. Nós ganhamos, eu tinha 21 anos e fui ser secretário do sindicato e o cara mais jovem era o tal do Devair foi presidente e tinha 20 anos. Nós tomemos o sindicato, os padres e nós. Nós nem sabíamos o que fazer no sindicato, era o maior sindicato do Brasil, ainda não sabia o que fazer lá com o pessoal, então [...]. fomos articular a oposição e eu continuei a luta pela terra e também fui pra dentro do sindicato. Mas eu trabalhava na roça pra ajudar, trabalhando na roça com meus pais. Mais daí eu já vou romper com meus pais porque não dá pra conviver - meu pai tinha uma cabeça bem complicada, nesse período tinha conflito muito grande, meu pai pensava, - ele era Arena - e achava que nós e o Beto era comunista.

Aí eu vou sair de casa mesmo, então em 79, 80 já estou com um pé em casa e outro na luta, e tive oportunidade em 81 de ir ao Conclat, que foi a primeira conferência nacional da classe trabalhadora em Praia Grande aonde a oposição juntava pra tentar criar a central única dos trabalhadores, a CUT. Há um embate entre os sindicalistas combativos entre eles o Lula mais o Olívio Dutra, Jacó, o Menegueli e nós, a turma dos rurais contra o pessoal do Joaquinção que era do PCdoB e do PTB e nós chamava do sindicato de São Paulo, que era os pelego e nós que era os combativo da turma do Lula. Não deu acordo, o sindicalismo rachô, deu uma briga nós então saímos e formamos a pró-CUT, e eles, os pelegos, ficaram e formaram uma outra que era a CGT, aí então tive a incumbência, nesse período, de articular a oposição sindical. Em 1983 eu estou morando na comunidade ainda articulada pela igreja, mas dentro do movimento sindical vim participar com diversos delegados do Espírito Santo do primeiro congresso dia 28 de agosto de 1983 em São Bernardo, pavilhão de Vera Cruz, e pra fundar a CUT. Eu tava lá, na fundação da CUT. O Bispo de São Paulo hoje, o Arcebispo, Cláudio Humes, presidiu muito bem aquele encontro, fez o melhor discurso. Nós estávamos com mais de cinco mil delegados, a gente já vai se fortalecendo, e em 83 eu vou ter contato com o pessoal do sul e mais contato com a CPT, então nesse período eu vou conhecer o João Pedro, vou conhecer outros sindicalistas do meio rural que vinha de um despejo de articulação em 79 que era os atingidos pelas barragens no Rio Grande do Sul quando o Coronel Venturine jogou um grupo de trabalhadores na beira da estrada e eles falaram: "ó os sem terra", então [...] já naquele período comecei a fazer contato e eles estava então se articulando no meio rural o Bispo, aquele de Chapecó que morreu Dom José, mais uns outros padres articulando a luta dos sem terra...

MAD : Nesse momento, então, aparecem os Sem Terra?

J.R. : ... Então, vou ter o contato porque pelo sindicato, nós começamos a trabalhar por setores, o assalariado e o setor da terra e o setor da previdência, setor, vários setores, e eu era o setor da terra que falava, nem era a Reforma Agrária. E qual era o processo lá, era

a reforma agrária, então eu trabalhava no campo pra articular a luta, a luta pela terra, não sabia muito bem como é que era esse negócio, mas tinha uns livros, algumas coisas e também circulava na CPT, tinha muita participação, porque a CPT era o braço da igreja no meio rural, porque na medida em que nós ganhamos do sindicato a igreja recua e nos deixa comandar sozinhos e a Comissão Pastoral da Terra vai assessorar os sindicatos rurais de 79 pra cá. Nesse período eu fui conhecer o Clóvis Rossi que é filiado ao PT, a Laise que é esposa dele. Vou conhecer outras pessoas fundamentais que me ajudavam então a ter o conhecimento pra compreender melhor a luta sindical e a luta política porque em 80 vai ser fundado o PT, em 82 também tem esse processo sindical que é articulado ao PT do município. Eu ajudei a fundar o PT né, mas vou participar é do processo da luta pela terra, e aí o eu volto pra articular em 84 quando houve o primeiro encontro dos trabalhadores rurais, o MST movimentos dos sem terras, que ainda falava sem terra em Cascavel eu não fui – só podiam ir dois- não tive a oportunidade de ir e eles articularam então em Cascavel que ia fundar o Movimento do Sem Terra [...] então achava que nesse momento particular a luta pela terra, era importante ter o movimentos e tal e tal... vai ser legal, vamos ter que participar, quem faz a luta pela terra, os trabalhadores rurais vão ter que ir...Então marcaram esse encontro em Curitiba, Pr, é chamado o Congresso de Curitiba que ocorreu nos dia 29 a 31 de janeiro de 85. Dentro desse período ocorre a queda do regime, tá saindo o regime militar, e tá entrando a nova República... Então o movimento fez um congresso, e aí eu fui pro congresso, quando cheguei no congresso ia tirar uma articulação nacional e nem era coordenação na direção chamava Comissão Nacional de dois representantes por estado e eu fui escolhido, eu e outro rapaz do estado que era o Silvio, pra ser da Comissão Nacional do Movimento do Sem Terra eu fui e volto com essa tarefa, além de tocar o movimento sindical. Nesse momento eu tive que deixar a Pastoral da Juventude, deixando o sindicato participar do Movimento do Sem Terra.

A Comissão Nacional que já tinha um boletim do Movimento saiu o jornal do Sem Terra, e aí eles falaram o seguinte:- ó pra

devolver as terras tem que ter ocupação, vamos ter que pressionar esse governo, vamos fazer duro. Nós falamos:- não, tem que fazer luta senão não vai ter reforma agrária, então se articulou naquele ano que, em outubro todos estados que estavam no congresso tinham que fazer ocupação de terra. Aí eu volto com a tarefa de articular o município, os trabalhadores, os sindicatos, volto pro Espírito Santo, eu saio de São Paulo, volto depois da reunião pra Espírito Santo, pra Linhares, articular os municípios do estado ao norte: São Mateus, Linhares, Pedro Camargo, Montanha e Poporanga, São Gabriel é tudo município pra articular a ocupação e a gente vai trabalhar, então, pra fazer isso em março, abril, maio em outubro nós demos a primeira ocupação no Espírito Santo em 27 de outubro, por isso estourou no Brasil todo.

Aí vem a marca do movimento:- nós fizemos a grande ocupação em todo o país. Eu participei junto com os demais e então o Movimento dos Sem Terra já ganha cara. Com a ocupação [...] saiu o plano nacional da reforma agrária, pra assentar 2 milhões de famílias. Eu participei, no início, uma comissão nossa em Brasília com o presidente do INCRA que era o Graziano, primo desse Graziano do PT. Estavam no processo, Dom Pedro e mais outras lideranças. Novas lideranças vão surgir e eu mais outros companheiros somos convocados pra ir pro Sul para nos capacitar. É nesse momento que vem o Ademar e diz que é pra nós articular o Nordeste: “- ó voceis deixam isso aí, tem que articular o Nordeste que sempre teve luta”, é o João Daniel, o Jaime, esse povo, teve várias pessoas [...] Então eu fui pro Nordeste, pro Norte, do Espírito Santo, pegando o Sul da Bahia, fazendo uma caminhada, subindo e articulando. Articulava o município, fazia ocupação na frente que foi da Bahia até o Sergipe, Sertão da Lagoa, Sertão do Sergipe, Litoral, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, um tempo no Ceará, Sertão Central, todos aqueles municípios onde se podia articular e fui até o Maranhão, morar lá, tudo em 86, 87 e 88, só andando e articulando o movimento. Junto com os demais companheiros, uns ficavam num canto outros ficavam no outro, outros iam mais pra lá. Enfim eu fiquei no Nordeste articulando o Movimento dos Sem Terra até

janeiro de 91. Dai eu tava no Maranhão e fui até pro Sul do Pará, na Transamazônica, Eldorado, Redenção, Conceição do Araguaia, aquilo ali tudo. Rio Maria, aquilo ali, ponto do crime, nós estava em contato com os Sindicatos, CPT. Por ali no Maranhão eu sofri ameaça de morte, fui preso. Aí o pessoal me tirou de lá, fico em São Paulo uns dias, aguardando o que fazer, porque nesse período foi muita perseguição da liderança. Mineirinho tava articulando Rondônia, é em 91, não, não. Mineirinho nesse período tava em outra banda...

M.: - Eu tava em outra, outra região do Movimento.

J.R: E eu então, tinha uma ocupação de terra aqui no Pontal, 13 de julho de 90, muito violenta, tinha umas 800 famílias, pessoal fez a ocupação e houve um despejo na fazenda Nova do Pontal e a polícia jogou o pessoal na estrada. Sobrou uma série de famílias na beira da estrada, aí o pessoal do movimento via dificuldades, falou: - vai lá e dá uma ajuda quem sabe, uma força para o pessoal enquanto você está meio parado por aí. Cheguei em 23 de março de 91, Estado de São Paulo e o pessoal ia fazer ocupação nesse dia, ah estava meio parado, eu falei vamos pra cima...

MAD: Você já conhecia sua mulher, nesse período?

J.R: Sim, a Diolinda, já a conhecia porque ela veio com a família dela, pra ocupação em 85.

MAD: Aqui pro Pontal?

J.R: Não! Lá, em 85, no Espírito Santo.

MAD: Você a conheceu lá, casaram-se e depois vieram para cá?

J.R: Não, eu conheci Diolinda no período de 85... ela foi pra ocupação, ela era bem mais moça, nós temos uma diferença de idade de 10 anos, quase 11 anos, então. Era adolescente [...] Ela veio com uma família e eu fui articulando, nós incentivamos os jovens a formar os grupos de jovens no acampamento e formar militantes novos, a gente foi formando isso nos assentamentos, acampamentos e logo em seguida a gente teve terra ali. Ganhamos esta fazenda... em 88 eu estou no Nordeste, nós fomos recrutando militantes, quando eu conheci a base do Espírito Santo, levei uns quatro comigo, assim como João Daniel e outros e mais Diolinda. Foi aí que a gente

começou a namorar, nesse período ela acompanhou comigo no Nordeste em 89. Depois a Diolinda sai com as mulheres por um período de 5 meses. Eu continuei pelo Nordeste e ela voltou pro Maranhão, depois ficamos juntos no Maranhão e fomos pro Espírito Santo. Nesse período, um pouco depois, eu venho pra cá, aí quando ia fazer uma ocupação, articulando o movimento para a ocupação, e esse grupo fez, nesse período o movimento desloca pra fazer ocupação nova. Então vem quem, vem Diolinda para o Pontal e quem já se encontrava por lá? Essa figura que está aqui, o Mineirinho.

MAD: Em 90 ou 91?

J.R: Em 91, Mineirinho e o Dirceu e o Chico - antes eu apelidava todo mundo: ah! vamos lá ajudar, eu tenho que ajudar o pessoal do Pontal a fazer ocupação que aquela que nós tínhamos feito era pequena e tal, aí nós aqui, eu, Mineirinho, Diolinda mais os que nós encontramos aqui, os outros companheiros nós vamos articular a ocupação em 01 de setembro de 91, nós fizemos uma grande ocupação na fazenda em que nós estamos assentado hoje, Santa Clara.

MAD: Onde?

J.R: Onde eu e Mineirinho somos assentados, chamava fazenda Santa Clara, hoje é assentamento Chê Guevara, em Mirante do Paranapanema. Aí Diolinda volta para ver umas coisas lá no Espírito Santo, final de 92. Um dia ela me liga e diz, "tô grávida". E eu falei "agora então complicou". Diolinda vem então embora definitivamente. No final de 92, por aí, ela vem embora e nosso filho nasce em agosto de 93. Ganhamos outra fazenda e novos militantes foram se formando pela região. Fizemos grandes lutas em 92, 93 e 94 foi o auge das grandes ocupações ali no Município de Mirante, em 95 fizemos a grande marcha em nível nacional e nós aqui fizemos também grandes ocupações e vamos ter conquistas, 94, 95 e 96 nós assentemos quase 3 mil famílias. Só no em Mirante nós tínhamos conquistado umas 20 fazendas, uma ligada na outra.

MAD: Em Mirante do Paranapanema...

J.R: Em Mirante, hoje são 26 fazendas que nós tomamos, 1.280 famílias assentadas e mais de 30 assentamentos.

MAD: Mil Duzentos e Oitenta famílias.

J.R: Só no Município de Mirante, no Pontal todo temos mais de 6 mil assentados...

MAD: Essas fazendas, elas eram todas consideradas terras devolutas?

J.R: Isso mesmo. Então aí porque nós fomos se fortalecendo em Mirante, porque ali tinha uma fazenda que era de 76 mil hectares de terras públicas onde já havia julgamento desde 59, não tinha mais como recorrer... então esse fator nos ajudou... o Estado indenizou as benfeitorias e passou as terras pra Reforma Agrária"

MAD: Agora... Bem, continua, fala, depois eu...

J.R: Nesse processo então nós vamos descobrir aí o professor Bernardo Mançano, com o Núcleo dele de pesquisa, o trabalho dele, vamos descobrir que o Pontal não era só aquele pedacinho. Pontal era uma área de 1 milhão e duzentos mil hectares de terra aproximadamente, tudo com títulos duvidosos, terra devolutas, forçamos a Procuradoria do Estado a mover as ações discriminatórias por perímetros, um a um, decisões a nosso favor nas primeiras instâncias, até porque os documentos dos fazendeiros não tinham origem, o que é o caso de todo o Pontal então nós do Pontal, ao fazer a ocupação, nós questionamos a propriedade da terra e afirmamos o nosso direito de também de ocupar a propriedade do Estado que estava com os invasores, que invadiram antes... Esse era o processo...

MAD: O pagamento das benfeitorias dessas terras que foram compradas pelo Estado, você se lembra? Quanto custaram, na ocasião?

J.R: Dava muito, em 95 por aí eles pagaram cerca de 700 até 900 reais por hectare, com benfeitorias... 900 reais por hectare, hoje o último pagamento foi por 2 mil e pouco...

M.: Contando [...] que pagou a fazenda fechada sem fazer o cálculo do que tinha dentro...

MAD: Espera aí, foi em 94 e 95 por aí. E hoje, quanto é pago pelo hectare?

J.R: Hoje tem de 2 mil, 2 mil e pouco por hectare, agora veja bem, porque as fazendas do Pontal variam de preço.

M.: Na era Covas, por exemplo, o governo Fleury ...

J.R: Fleury comprou uma fazenda, a São Bento...

MAD: Teve gente que pagou muito, eu queria saber porque isso na verdade é uma coisa que acaba sendo para o proprietário de terra, uma terra que não rende nada, um ótimo negócio para vender para o Estado e este passar pra vocês.

J.R: Claro! Mas eles pagavam por maior custo. O maior absurdo desse negócio é porque ao longo desse tempo eles destruíram tudo, aqui era uma floresta Atlântica, uma reserva de 330 mil hectares de terra. Restou o Parque Estadual do Morro do Diabo, com 37 mil hectares de terra com floresta.

M.: Em geral, na floresta, o que tinha ia tudo...

J.R: Do que tinha, acontece que eles tiraram a madeira usaram esse solo até hoje e o estado tira o dinheiro público para pagar os fazendeiros...

MAD: Tem que pagar?

J.R: Paga, mas somos contra, agora nós queremos a terra, foi o mecanismo que o Estado achou através da lei de 85.

MAD: Na época foi pago quanto, você se lembra?

M.: 6 milhões de reais por uma fazenda...

J.R: 5 mil hectares.

MAD: 5 mil hectares, mais ou menos, a verdade não era pagamentos de benfeitorias, eles estavam comprando terras.

J.R: As benfeitorias eram umas cercas velhas caindo aos pedaços e uma casa caindo aos pedaços e o solo desgastado cheio de capim ruim, solo improdutivo, que não produz nada [...] É verdade que tinha algumas fazendas que tinham uma produção legal, uma estrutura boa. Você encontra algumas aí uma que têm casa, assoalho... mas a maioria são áreas degradadas, abandonadas, e os latifúndios não têm nada, então estes pagamento nos achamos injustos, não achamos isto legal, e nos não participa, fizemos o nosso

questionamento com os senadores que estiveram aqui esta semana porque hoje este governo está na mão de pessoas sérias eu acredito nisso.

**MAD:** Sim.

**J.R.:** Eu aposto nisso, e nós falamos com a senadora e com o senador: quem passa o dinheiro pra reforma agrária é o governo federal passa pra São Paulo eles que pagam e São Paulo faz o negócio para os fazendeiros. Agora a sociedade não participa, não tem um conselho administrativo desse dinheiro público. Então nós estamos propondo isto, uma forma de conselho no Pontal, em que as entidades, a sociedade civil participa e ajuda a avaliar porque se é terra pública é o bem de todos, então esses membros negociaria com os fazendeiros, eles mesmos pagariam o dinheiro federal. O que não pode é pagar os fazendeiros e não prestar conta pra ninguém, isso nos achamos um absurdo.

**MAD:** Agora isto aí, o povo do MST, eu não sou detalhista e por isso vou fazer até perguntas que não sejam muito, muito corretas, mas veja bem, há 15 dias teve outro movimento, que não é o dos sem terra, foi criado no Governo Fernando Henrique Cardoso, que movimento é este?

**J.R.:** Então este é o MAST, é social, mas fruto da SDS, precisa entender que esse movimento é associado à Social Democracia Sindical.

**M.:** Um dos movimentos criados nesta região para dividir o MST, ele é um deles.

**MAD:** Social Democracia Socialista Sindical?

**J.R.:** Esta central, ela é do PSDB, é o dirigente máximo dela eu conheço, é o Alemão que já o conhecia desde 80. Houve essa ramificação aqui no Pontal, uma coisa pequena, eles tinha aqui o "Terra Brasil", tinha uma com uns nomes que eu não lembro, "Esperança viva", "Brasileiros Unidos", "Central do Brasil", "Terra Brasil"... Isso depois de um ano que o Fernando Henrique chegou a Presidente, a partir de 96.

**M.:** Foi uma política, é uma medida para criar outro sistema, outro interlocutor, quem trabalhou nesta formação foi uma senhora

chamada Tânia Andrade, que era coordenadora do ITESP, que foi a pessoa que fez toda esta estratégia de dividir a liderança de poder dizer assim "nós do governo não podemos atender só o MST, há outros movimentos".

**MAD:** Agora, voltando a um assunto... Para os fazendeiros, era um bom negócio passar as terras para o Estado?

**J.R.:** Você fala do ponto de vista econômico?

**MAD:** Do ponto de vista econômico, claro!

**J.R.:** Isto é... Agora voltando à origem, à propriedade, estrutura fundiária do Pontal, do ponto de vista político aí você tem um entrave, que é de 100 anos, porque o que você tem e que atrasa o Brasil aqui, é o latifúndio atrasadíssimo que a Rede Globo e a televisão expõe pro mundo todo, que sai nos jornais... E fica por isso mesmo, então tem Juiz, Promotor, latifundiários que é tudo casca, acobertando setores do governo que está aí, entendeu, reacionários, gente de direita, também de ultra-direita, aqui também tinha o bispo que era da direita e fortalecia este grupo, então estes não querem perder, não querem acordo, se pudesse eles matavam todo mundo....

**M.:** São conservadores [...] Na propriedade.

**J.R.:** Tem um outro grupo, outro segmento, em que está o Mauro Bragato....

**MAD:** O Mauro Bragato, o deputado do PSDB?

**J.R.:** Eles então querem negociar [...] é o que pensa sobre o movimento regional, hoje eles estão querendo transformar o Pontal, transformar a região num celeiro de soja, de grãos. Eles querem ter produção de boi, eles têm que produzir carne...

**M.:** Eles negociaram porque foi um bom negócio...

**J.R.:** Eles se interessam por arrendamento.

**MAD:** Por tornar produtiva a terra.

**J.R.:** Tornar a terra produtiva e valorizar.

**M.:** Legalizar.

**J.R.:** Legalizar, legalizar uma parte e legalizar a outra...Tem uma fazenda de 5 mil hectares encravada ali no município de Theodoro Sampaio, que era da grande reserva do Pontal. O fazendeiro plantou tudo com soja e milho e acha que agora vai vender aquilo ali por

R\$1.000 o hectare, R\$ 2.000. Com aplicação de calcário e outras coisas que ele fez, então ele levantou o preço da terra, está produzindo grão nesta política econômica em terras do Governo Federal, para exportação. Então, o quadro é que nós ganhamos um dinheirinho este ano com algodão, milho com mandioca e essa gente então saiu de ano com 6.000 a 7.000 hectares de terra soja, plantada pra este ano. Fizeram 50.000 mil hectares no Pontal, tudo nas terras boas.

MAD: É arrendada para o plantio de soja?

J.R: Então que nos fizemos, vão precisando numa outra... Para colocar a terra produtiva, ganhar o dinheiro, vêm os financiamentos, hoje a agricultura vai levantar uma área de grãos e eles não valorizam a terra, então eles vêm com acordo tem um monte de setor que quer fazer acordo.

MAD: Com a terra?

J.R: Eles até fazem um acordo com a terra, mas pra vender pro Estado. Hoje não vão vender por menos de 10, 15 mil reais por alqueire.

MAD: Aqui é hectare.

J.R: É o que eles vão trabalhando hoje, 10 mil reais por hectare.

M.: Vão querer vender por menos?

J.R: Ou, se não, eles querem aplicar uma coisa: dos 500 hectares que eu tenho em minha fazenda, eu dou os 10% pra vocês e o Estado vai dá o resto.

MAD: É isso que a UDR (União Democrática Ruralista) está propondo, não?

J.R: Não tem o valor de 10%. Isso aqui é pra reforma agrária e o resto o Estado legaliza. Nós pagamos para o Estado a fazenda fica pra nós, nós pagamos e quanto aí na hora que eles querem pagar aí vale mil, mas na hora de vender vale 10 mil, então há um interesse econômico por trás pra ganhar este dinheiro, por cima de um... Fazer este tipo de coisa nas terras públicas com o dinheiro público, e nós estamos presos porque estamos fazendo ocupações, montando acampamentos...

M.: É mais ou menos por aí.

J.R: 5 ou 6 acampamentos...

M.: 6 acampamentos a gente...

J.R: São mais ou menos umas 6 mil famílias, vamos botar esses acampados todos hoje, os inscritos, para conseguir terras. Aí vem um discurso: - não, eles não são qualificados, eles não são trabalhador rural!

MAD: Mas tem muita gente também que está aí porque não tem emprego.

J.R: A pergunta que eu faço é: Diga-me, desde quando os fazendeiros dessc Pontal são trabalhadores rurais... ? O que não é médico é advogado, engenheiro, tudo, menos trabalhador rural, então pra terra hoje então tem que tirar este povo do diploma botar e bota pra trabalhar na terra.

MAD: Me diz uma coisa, há o movimento scm terra e ele tem alguma ligação com aqueles movimentos lá no Mato Grosso [...] com o que - dizem -se preparam para a luta armada?

J.R: Nunca tivemos relação com qualquer grupo fora dos movimentos camponeses sociais e também desconhecemos no Mato Grosso, qualquer tipo de movimento...

MAD: Então, você acha então que aquilo existe de fato, também nunca vi, só ouvi falar.

J.R: Não, creio que não, se tiver grupos armados, então eu desconheço.

M.: Como que é a questão, dá o treinamento tipo guerrilha? Explica pra nós como é que é, o que é que estão falando...

MAD: Muita gente fala, fala, mas não é de agora não, vem de algum tempo atrás, que existem fazendas no Mato Grosso que são dos sem terra, onde eles fazem treinamento e a própria polícia dá treinamento para quem precisa.

M.: Tão que tão, não é daquela reportagem que fala que nós temos uma escola latino-americana... ?

MAD: Não sei ao certo, eu pergunto pra você o que me ocorre...

J.R: Não, são fofocas da mídia... já falaram muita coisa de nós, já nos colocaram várias faixas, mas o que somos é um movimento social de camponeses que querem terra.

**MAD:** Agora me diz uma coisa...

**M.:** O importante... porque o que estão falando, eu vi alguma coisa no jornal também. até este jornal nós vimos aí uma reportagem linda sobre nosso intercâmbio latino americano com outros movimentos camponeses, nós estamos numa escola, é aquela escola...

**MAD:** Aquela lá em Guararema, SP?

**M.:** Não, a escola de estudo latino americano que fica aqui nesta cidade. Cidrolândia. no Mato Grosso do Sul. é onde o pessoal estuda, são todos os tipos de estudos, de Filosofia, casa agrícola, de intercâmbio cultural latino americano, agora eles é que estão sempre em polvorosa, sempre querem dizer que qualquer escola de militância do MST é perigosa. A escola já passou por isso, nós chegamos a ter até 180 pessoas presas e a maioria torturada [...] era cercada a escola, acusada de treinamento...

**MAD:** Está escrito aqui, queria só saber da sua opinião. Outra coisa que me ocorre perguntar é sobre aquela escola, a universidade em Guararema.

**M.:** Essa é uma escola, digamos, foi um antigo sonho a cumprir, uma escola de formação e nós fizemos várias campanhas em nível nacional e internacional, com entidades, fazendo arrecadações, conseguimos tudo e hoje está sendo construída, usando técnicas novas, de solo-cimento, com mutirão em brigadas.....

**MAD:** Vocês vão em mutirão?

**M.:** Mutirão, então de 2 em 2 meses vem uma brigada de fora, de um estado, de forma que todos os estados têm participado da construção desta escola, ela vai terminar em 2005, vai ficar pronta, agora neste mês quem está trabalhando lá é São Paulo, é Espírito Santo. Esta escola é uma homenagem ao grande lutador brasileiro, Florestan Fernandes, então se chama Escola Nacional Florestan Fernandes.

**MAD:** Eu não sabia que tinha o nome dele.

**M.:** É, então, a abertura dos trabalhadores lá, foi feita com o filho dele o Florestan Fernandes Júnior.

**MAD:** Eu o conheço, fui muito amiga do Florestan Fernandes.

**M.:** Então é a homenagem que a gente fez a ele, trabalhar com formação política porque é na formação da nossa militância que nós

acreditamos. A escola tradicional dogmatiza o conhecimento. Então nós, por sermos camponeses, por sermos historicamente desprovidos do acesso a um saber crítico, é que a gente viu essa necessidade de estar buscando mudar essa realidade. Então, nossa escola Florestan Fernandes não será apenas uma escola, ela será escola, teatro, será um lugar para arte, para cultura, ou seja, uma escola dotada, um espaço cultural de São Paulo.

**MAD:** Capital estrangeiro, feita com capital estrangeiro?

**M.:** Ela é feita de colaboração e também tem setor organização, a maior parte é da continuação mesmo, parte do dinheiro foi da campanha fotográfica de Sebastião Salgado, que nós fizemos no Brasil e continua ainda no mundo inteiro.

**MAD:** Agora tem duas perguntas pontuais, uma delas você sabe que o Governo Lula não vai poder mudar o Brasil da noite para o dia. O que você acha Ruinha, que é o papel do MST nestes próximos 6 meses, já que fizeram 6 meses de ajuda ao Governo Lula?

**J.R.:** Nós vamos organizar o centro, que é tarefa nossa, conscientizar os trabalhadores da importância dessa vitória, nessa história de 500 anos, achamos que a parte mais importante do evento é o movimento social, movimento sem terra, nós queremos contribuir e fortalecer pra que governo faça um caminho voltado para o povo, para o povo brasileiro que nunca teve oportunidade nem de falar. Então, nós queremos contribuir, pois nós entendemos que o governo tem limites e que jamais queremos ultrapassar os limites. Neste momento, nós estamos fazendo acampamento ao invés de ocupação porque, porque ele esta com o orçamento do Governo passado e na medida do possível uma área aqui. Todas essas dificuldades, a partir do ano que vem, nós estamos confiantes no orçamento maior e que este Governo não vai talvez fazer a reforma agrária que nós queremos, que nós almejamos, mas vai fazer uma grande distribuição de terras no país eu creio que a meta nós vamos discutindo, debatemos não é o Governo que estabeleceu, mas se assentarem 1 milhão de famílias no seu Governo, será um grande passo, importantíssimo. São milhões de empregos gerados diretamente, e avançar também neste período que vem na infra-estrutura dos assentamentos, garantindo dignidade

dos trabalhadores quer dizer uma casa pra morar, ter o crédito para poder plantar, a garantia das escolas dos assentamentos no meio rural, técnicos como o aumento da produção fortalecendo as cooperativas, nós estamos esperando.

M.: Outra coisa importante é a ausência do Governo Lula. Colocamos para o governo que nós temos hoje aproximadamente 25 mil voluntários militantes que trabalham 24 horas só fazendo isso, colocando parte deste voluntariado para erradicar o analfabetismo no meio rural ou nos solos urbanos, onde for, então se o Governo quiser, quiser a nossa parte da nossa juventude está aqui, com gás da juventude, está na disposição do governo para ajudar a erradicação do analfabetismo, colocando nossas cooperativas e nossos assentamentos para produzir alimentos para os Sem Teto, arroz, feijão, milho e mandioca, então, isso é compromisso. O pessoal do MST só fala dos acampamentos, nós criamos a instabilidade, não, nós temos um acordo, compromisso por acreditar tanto no combate ao analfabetismo, quanto na produção de alimentos também.

MAD: Agora, você certamente acredita que a produção familiar possa trazer desenvolvimento para o país, com certeza, o que é que está faltando hoje para o assentamento ser mais produtivo?

J.R: É, falta o investimento, que é o crédito pra você produzir, a política de garantia de preços...

MAD: Políticas públicas?

J.R: Estamos há oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, nós produzimos em nossos assentamentos, onde o povo mora [...] Nós fizemos, então, um esforço, plantamos milho, mandioca e nós passamos 8 anos vendendo mandioca a 25 a 30 reais a tonelada, e nós passamos 8 anos vendendo algodão a 6 a 7 reais a arroba, e passamos 8 anos vendendo milho a 6 a 7 reais o saco. Foi o Lula entrar e a mudança na temperatura dos preços, nós vendemos algodão a 20 reais, milho a 23, mandioca 150 reais a toneladas.

MAD: Quer dizer que a mudança foi positiva?

J.R: Muito positiva, melhoramos hoje para dentro de casa, enchemos o armazém, deu pra comprar uma televisão nova, uma bicicleta.

MAD: Todo mundo quer uma vida ganha, não é?

J.R: Nós estamos falando, nós não tivemos um programa de habitação que o governo vai implementar para outros setores.

MAD: Você como pequeno proprietário, quantos alqueires tem sua terra?

J.R: 14 hectares.

MAD: Com 14 hectares, você mantém a sua família?

J.R: Tranquilo, se mantém isso aí tranquilo.

MAD: Agora, isso se desenvolve como?

J.R: Desenvolve porque na medida que você produz, você coloca no mercado interno e hoje você tem 40 milhões de brasileiros que passam fome, então o Governo Lula aplicou certinho a política, quando você consegue produzir pra Fome Zero, então nós estamos lutando de resolver a fome. O preço é o trabalho, na medida que você imprime o trabalho ele gera produção e a produção gera bens pra nossa população urbana das cidades pequenas elas estão levando hoje com todas essas dificuldades, cidades como Mirante e Teodoro, elas só estão de pé e têm uma estabilidade no mercado de consumo graças a nós os assentados.

MAD: Vocês também se inscreveram para aquele financiamento dos assentamentos?

J.R: Sim, porque nós pegamos um crédito que era o Procerá.

MAD: De quantos mil foi o Procerá?

J.R: Doze mil.

MAD: Doze mil?

J.R: Chegou primeiro 7, depois 9 e depois chegou a 12.

MAD: Como é o financiamento do Procerá?

J.R: Procerá, 7 mil reais, com 3 anos de carência, depois 7 pra pagar, depois veio pra 9 mil, com 3 anos de carência e, depois 7, agora nós estamos no triângulo desse crédito.

MAD: Uma pessoa pode ter mais de um crédito?

J.R: Não, é por família, então aí tinha um crédito, esse é o crédito de investimento.

MAD: Foi o Procerá ou o Pronaf?

M.: Procerá não existe mais.

J.R: Não, é o Pronaf.

**MAD:** É o Pronaf agora.

**J.R:** É o investimento, nós falamos 12 mil, agora este aí acabou, não tem mais, e o que tem é que todo ano a política agrícola que é o sustento agrícola. nós estamos a ponto de receber e há 6 anos nós não recebe.

**MAD:** Você diz, assim, aquela quantidade de dinheiro para plantio?

**J.R:** Pra plantar, pra plantar a safra. você paga no outro ano, por exemplo, agora, agora em outubro que você planta algodão, planta milho. planta mandioca tudo agora setembro, outubro nós estávamos com 2 mil. estamos falando em 2 mil reais, 3 mil reais a média

**MAD:** Depois você vende e paga o banco.

**J.R:** Paga no outro ano. então você paga com juros acessíveis, você recolhe o dinheiro põe no mercado uma grande produção, mas qual era o problema o problema era que o governo quer hoje [...] o algodão vindo do Paraguai, milho da Argentina, soja da Argentina. então o Brasil não tinha mercado, e o Lula, com o mercado asiático da China e da Índia, então só vão poder exportar produto e vai quem investir na produção interna também?

**MAD:** Então, agora vou falar uma coisa a mais: nós precisamos depois marcar uma outra prosa pra gente conversar, mas hoje vou fazer mais uma pergunta, você sabe que no Brasil está amplamente difundida a idéia da caridade, nós precisamos dar aos pobres daqui, dar aos pobres dali. é um gás que tem que ter e nunca leva o pobre a ter uma vida digna. a pergunta que eu me faço. que eu queria que vocês refletissem, pode falar hoje, ou pensar para mais tarde [...] O Estado vai gastar 10, 15 mil reais por hectare das terras produtivas. eu creio que é a terra mais produtiva etc. O que seria interessante talvez, economicamente. seria tentar pensar que o Estado não vai mais dar terras, ela vai propiciar o mercado. as terras vão valer aquilo que o mercado indicar e as pessoas vão se habilitar a comprar. Isso é uma idéia, eu vou até dizer de onde ela veio. ela veio do Banco Mundial, é o raciocínio que me parece interessante. porque eu luto muito no Brasil contra a caridade. no sentido de você transformar os pobres em mais pobres ainda, só se ensina as crianças a fazer a florzinha de plástico, só se ensina a criança a fazer coisinha que não

vai levar a lugar algum, você dá a ele uma instrução de cidadania completa, isso o MST tem renovado bastante nesta educação própria, orientei inclusive uma tese de um aluno, acho que vocês conhecem – Munir - ele é de Presidente Prudente, então, ele escreveu sobre a educação do MST lá em Mirante do Paranapanema, escreveu uma bela tese. Bem, então a idéia é uma idéia econômica não é a minha idéia, mas que eu li e achei interessante perguntar para vocês se todos os habilitados a ter um pedaço de terra pudessem comprar a terra, faria uma diferença?

**J.R:** Eu vou dizer porque que faz, porque uma filosofia de vida de história, a terra é um patrimônio da humanidade e ela não é mercadoria, ela não é livre. não é produto, portanto, ela é daqueles que nela moram, que nela vivem, que nela trabalham, então o direito a terra, todos nós queremos viver nela e trabalhando, então é de direito um fazendeiro que tem indústria, tem automóvel tem avião, todos possuem terras, ela é direito pra muitos camponeses, pra outros tantos trabalhadores que querem viver nelas, por isso eu acho que eu sou mais radical, eu sou, eu acho que a terra não tinha que ser desapropriada e indenizada para estes caras. porque elas foram doadas no Brasil Colônia, doada pelo Império com os portugueses que vieram para cá, a terra tinha que ser expropriada, tinha que dar, pegar ela e dar pra aqueles que querem trabalho, porque atividade econômica e atividade social terra hoje foi da exploração, entendeu, do negro, do índio, do negro e de todos nós.

**MAD:** Bom, mas nós temos uma Constituição e nela a terra é propriedade...

**J.R:** Mas é aí que eu quero chegar. quem transformou a terra em propriedade foi o sistema. foi o capitalismo, virou mercadoria...

**MAD:** Não, bem antes do capitalismo, bom, o Brasil já nasceu sob a era do capitalismo, propriedade privada.

**J.R:** Os regimes que já passaram fizeram da terra escrava, eu estou querendo fazer da terra livre. um princípio de vida, tudo isso que falei, uma história e uma filosofia então [...] agora que você está pensando que política como é adotada, uma política...

**MAD:** É, estou pensando e querendo ver essa possibilidade do seu ponto de vista.

**J.R:** Adotar esta política do Banco Mundial não interessa pra nós, nas condições do Brasil não. nós achamos então que essa política favorece o latifúndio que não produz, porque aí você vem com a Constituição que estabelece a questão da produtividade e eu diria mais: não é questão da terra, trabalhar com produtividade, tem que trabalhar a questão da função social da terra, qual é a função social dela, nós nunca podemos partir pela produtividade da terra porque a terra sempre foi produtora, inclusive a produção do homem, então nós temos que partir do princípio da função social porque senão cai no discurso, amanhã quem invade minha casa e meu prédio, bom, espera aí, é isso, nós estamos falando função social, que função social tem o latifúndio do Pontal? Ele é exploração, tanto é que não desenvolve o Pontal pra nada, porque tá encravado o latifúndio, então nós temos que discutir, pôr a função social da terra.

**M.:** Acontece que nós estamos no século XXI, que é uma vergonha, é uma mancha, não é quando todas as sociedades se desenvolveram, tiveram que reformar a estrutura fundiária de seu país, o Brasil; não, as capitâneas hereditárias continuam tão vigentes, tão sólidas como naquele tempo e no Brasil, por uma questão cultural, se eu ganhava amanhã na Sena, eu estou dizendo, eu estou só explicando, qualquer um imaginava do brasileiro que ganhou na Sena, meu Deus, tem que comprar pelo menos umas 5 fazendas, ter uma fazenda, eu ter a minha fazenda está dentro do imaginário [...] é uma questão cultural. Isso não muda só porque elegeu o governo popular e que está fazendo várias reformas... Esta questão da terra imaginária foi muito forte e foi nestes 500 anos de realidade, muito bem realizada. Isso não acaba da noite pro dia e que a terra é propriedade e que ninguém pode chegar na vida porque a cerca protege a propriedade... Nós questionamos a propriedade, dizendo que a terra é um bem da humanidade, que uma semente é um bem da humanidade. Então, foi assim quando o pessoal da elite começou a perceber que havia outra realidade, de questionamento dessas estruturas. Que os camponeses e o MST, porque o MST passa uma imagem ruim pra outros

segmentos, vem este processo de criminalização de nossa luta e por isso estamos aqui dentro desta cela, então a reforma agrária questiona essa regra de mercado para o plantio globalizado, em que o mercado regulariza a questão educacional, a saúde, o mercado também pode regular também a questão da terra... Ter acesso a um pedaço de terra, agora antes disso eu até acho depois que até a reforma agrária vai dá pra controlar tudo, mas depois que for feito uma reforma agrária de verdade.

**MAD:** Nós chegamos num ponto importante, vocês falaram em números e o Governo prometeu 60 mil famílias assentadas até o final do ano, estão acampadas. Vocês falaram em 1 milhão...

**J.R:** No Governo Lula.

**MAD:** Lula, e depois acabou?

**J.R:** Não...

**MAD:** Continua?

**J.R:** Porque a estrutura fundiária no Brasil, segundo o IBGE e o INCRA, você tem 182 milhões de milhões de hectares de terras pra produzir, que eles chamam que não são produtivas, e segundo os dados do IBGE também tem 4,5 milhões de famílias, então...

**MAD:** Você quer assentar todo mundo?

**J.R:** O que estou dizendo é que se nós quisermos fazer esse país crescer, desenvolver economicamente, matar a fome do povo brasileiro, nós temos que fazer sair do 1 e poucos milhões de toneladas de grãos e uma área que não chega a noventa milhões de áreas construídas pra produzir 300, 400 milhões de grãos, pra exportar e aquecer esta economia e produzir comida para entupir a barriga dos nossos barrigudinhos que passam fome porque a coisa mais desumana que existe é passar fome, isso só tem um jeito – a democratização da propriedade da terra, ela é fundamental, aí então acho que completa com o empreendimento. É só nós democratizarmos a propriedade da terra, avançar pra assentar 2 a 3 milhões de famílias do meio rural, nós então vamos discutir o mercado porque nós queremos discutir ele, queremos participar dele, nós não fizemos uma cooperativa de que hoje vão produzir leite, fazer iogurte, nós temos um equipamento para despolpar frutas de

diversas qualidades, tem armazém, nós vamos ter que vender não pro mercado. Agora, qual é o problema? Nós é que vamos cortar o leite e encontrar o preço do leite, nós queremos pôr no mercado de 2 a 3 milhões de famílias assentadas...

M.: E não é que somos contra a produção de grandes escalas pra exportação da fruta, ela tem um papel importantíssimo, geração de vida pro Brasil, com este papel agora no momento que ela avança, que compra... num país que é o primeiro do mundo na produção de soja, é o país também que tem importância no ramo de miséria e que em 2005 não vai conseguir cobrir a meta de resolver o problema de fazer alimento básico...

J.R.: Tanto é verdade que dia que você, que alguém vê no jornal que nós estamos ocupando as áreas que tem cana produzindo açúcar, produzindo álcool, que alguém que nós estamos produzindo nas áreas milho e soja, então eles sabem, ninguém ainda ousou botar na televisão, no rádio... ah! ocuparam a fazenda da cana, ocuparam a fazenda não, nada de engenho o que é engenho isto é pros escravos.

M.: Estou falando de engenho...

J.R.: Você percebe que a ocupação da terra é o questionamento do tipo possuidor pra quem possui?

MAD: Mas o Lula prometeu uma reforma, ele vai fazer?

J.R.: Creio que ele vai cumprir.

M.: Acho bem simples, pode não fazer a reforma agrária, mas um assentamento mais fácil que a reforma agrária não é...

J.R.: Então, nós temos esperanças, quando nós conquistarmos a esperança, nós vamos ter mais esperança.

MAD: Olha, eu vou ter que ir porque o nosso horário é até as 11 horas viu, eu espero que vocês saiam logo daqui para nós encontrarmos novamente, de um modo mais fácil de conversar, está bom?